

Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141647>

Carlos Cardoso

🏠 *Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral | Bissau, Guiné-Bissau*

✉ *carlos.cardoso28@gmail.com*

RESUMO

Este artigo analisa a Iniciativa Especial para a África Lusófona do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), inserindo-a no âmbito dos esforços que o Conselho tem feito para lutar contra a fragmentação da produção científica no continente e o perigo do isolamento de certas comunidades científicas. Adotando uma perspectiva histórica, começa por abordar a trajetória das ciências sociais nesses países, mas também discorre sobre o contexto epistêmico em que elas se desenvolvem, nomeadamente, a crise em que as escassas instituições de pesquisa foram mergulhando nas últimas décadas, a insipiência do sistema de Ensino Superior e a fraca participação do Estado no financiamento dessas instituições. Com este pano de fundo, são analisados os desafios que se colocam às ciências sociais em países africanos, bem como algumas iniciativas que têm surgido no domínio de estudos sociais. Por fim, são analisados os elos de ligação existentes entre as atividades do CODESRIA, a Iniciativa Lusófona e a integração dos cientistas sociais africanos lusófonos nos programas deste Conselho.

PALAVRAS-CHAVE

Produção científica, contexto epistêmico, isolamento, fragmentação, crise, integração.

INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, as ciências sociais conheceram um crescimento sem precedentes em países africanos, tendo desempenhado um papel importante no equacionamento e na resolução de problemas que se colocam ao desenvolvimento social e econômico no continente (Matshedisa, 2005). No entanto, elas continuam a enfermar de certo fechamento e fragmentação devido, especialmente, às barreiras linguísticas herdadas da época colonial, que dificultam o diálogo entre investigadores e universitários de diferentes comunidades linguísticas. Frente a essas barreiras, é notável a importância do intercâmbio acadêmico e da partilha de experiências, que podem contribuir para encurtar as distâncias, cruzar as fronteiras e focalizar no que é essencial: o desenvolvimento das ciências sociais.

Diante de tal cenário, aceitamos o desafio de partilhar neste artigo algumas cogitações acerca da comunidade de cientistas sociais do mundo ibérico e dos que têm o português como língua oficial ou que estudam a África. Não sendo possível fazer um balanço exaustivo da evolução, nos últimos quarenta anos, das ciências sociais nos países africanos que falam português, contentar-me-ei em tecer algumas considerações sobre o tema. Para tanto, baseio-me na minha experiência de trinta anos como investigador, doze dos quais enquanto administrador de programas de pesquisa no Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA)¹, que tem a sua sede em Dacar, Senegal.

¹ Ver www.codesria.org.

Decidi priorizar uma discussão sobre os desafios presentes da pesquisa em ciências sociais neste espaço geográfico-linguístico, focalizando particularmente na questão de como os programas do CODESRIA têm contribuído ou podem contribuir para desenclavar as ciências sociais e humanas praticadas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Na medida em que isso se justificar, englobarei na abordagem outros países do continente.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte teço algumas considerações sobre o contexto em que se desenvolvem as ciências sociais nos PALOP. Em seguida, analiso os elos de ligação entre as atividades do CODESRIA, a Iniciativa Lusófona e a integração dos africanos lusófonos nos programas do CODESRIA. Na terceira parte abordo os desafios que se colocam às ciências sociais nestes países. Na última parte, sintetizo a visão e os objetivos da Iniciativa Especial para a África Lusófona a médio prazo.

Antes porém de entrar no vivo do sujeito, é preciso fazer algumas considerações preliminares. O departamento de pesquisa do CODESRIA, que tive o privilégio de dirigir de abril de 2011 a maio de 2017, recebe anualmente entre 250 e 300 projetos de investigação no quadro de um concurso para financiamento, que é bastante competitivo. São propostas com vistas à constituição do que, no jargão do Conselho, são conhecidos como Grupos Nacionais de Trabalho, Grupos

Multinacionais de Trabalho e Redes de Pesquisa Comparativa. Outras tantas comunicações são recebidas no âmbito das conferências e seminários que o Conselho organiza ao longo de todo o ano. Um outro departamento, o Departamento de Formação, Bolsas e Pequenas Subvenções promove anualmente um concurso para a atribuição de um prêmio à melhor tese de doutoramento e um outro de pequenas subvenções, cuja finalidade é auxiliar jovens investigadores em processo de conclusão das suas teses a fazer face a certos encargos ocasionados pelos deslocamento ao terreno, impressão de manuscritos, fotocópias de documentos, etc. Este último envolve anualmente entre 700 e 800 candidatos. Os projetos de pesquisa que recebemos da África lusófona entram nesta gama de trabalhos e é com base na leitura destes e da minha experiência pessoal que apresento as considerações que se seguem.

O COTEXTO DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NOS PALOP

O contexto geral no qual evoluem as ciências sociais nos PALOP é idêntico, em muitos aspectos, ao que prevalece na maioria dos outros países africanos, caracterizando-se por uma crise profunda das instituições de pesquisa e de Ensino Superior. Essa crise manifesta-se, entre outros aspetos, pelo número crescente de instituições que oferecem educação de qualidade duvidosa, fraca participação do Estado no financiamento da investigação em ciências sociais, principalmente a investigação fundamental, falta de motivação dos docentes e pesquisadores, etc. Por outro lado, este contexto também apresenta algumas particularidades que merecem ser apontadas.

Um dos traços que configuram o ambiente das ciências sociais e humanas nos PALOP é o facto das instituições de Ensino Superior serem de criação recente comparativamente ao resto continente. Exceto em Angola e Moçambique, onde o aparecimento das primeiras instituições data dos anos 60, nos três outros países (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) as primeiras instituições deste tipo foram criadas apenas nos anos 80 e 90.

Sabemos que a África entrou no período pós-colonial com um número relativamente pequeno de universidades e centros de pesquisa avançada em ciências sociais. Foi depois da Segunda Guerra Mundial que os centros universitários de Acra (1948), Dacar (1957), Ibadan (1962) e Makarere (1970) foram criados, juntamente com novas instalações em Argel, Cairo e Cartum. Também sabemos que as mais antigas universidades africanas modernas, como o Colégio Fourah Bay (FBC), em Freetown, na Serra Leoa, a Universidade do Cairo, no Egito, e a Universidade de Argel, na Argélia, foram fundadas em 1887, 1908 e 1909, respetivamente. O que importa aqui sinalizar é o fato de noutros países africanos existir aquilo que designo de tradição académica, enquanto nos países africanos lusófonos, não.

Relativamente à investigação científica, particularmente no domínio que nos interessa, importa realçar que, durante o período colonial, Lisboa centralizava a investigação sobre a África na chamada Junta de Investigação do Ultramar. As ciências sociais sofriam constrangimentos graves decorrentes tanto da ideologia colonial, como do regime político altamente repressivo. Alguns trabalhos puderam ser produzidos, principalmente em etnologia, história e geografia e contribuíram para recolher dados importantes sobre as sociedades e os povos estudados. Este conjunto de trabalhos tinha como principal objetivo, no entanto, informar as políticas da potência colonial, e menos fazer avançar o conhecimento nas diferentes áreas.

A experiência dos PALOP, imediatamente após a conquista das independências, foi marcada pelo estabelecimento, num primeiro momento, de instituições de formação de professores de caráter público, conhecidas frequentemente sob o nome de Institutos Superiores de Educação. Esses institutos, do ponto de vista das necessidades que se faziam sentir na altura, tiveram sua justificação histórica e social, mas não facilitaram o desabrochar de uma verdadeira tradição de investigação em ciências sociais.

Pode-se dizer, portanto, que a situação das ciências sociais nestes países é tributária de um fato histórico maior: um legado colonial e pós-colonial desolador. Apesar da euforia que envolveu a criação de universidades pelos novos Estados, o estatuto das ciências sociais nos PALOP não melhorou substancialmente. Em alguns casos, como em Angola e na Guiné-Bissau, as ciências sociais permaneceram confinadas às escolas de formação dos quadros do partido único ou aos institutos dependentes ou altamente influenciados por estes partidos.

Atualmente, as ciências sociais são ministradas em todas as universidades dos PALOP, mas continuam à espera de dias melhores. Nas duas últimas décadas, temos assistido a um esforço importante de criação de um sistema de ensino em ciências sociais e humanas à altura dos desafios que se colocam a esses países nessa matéria. Porém, tal esforço não tem sido seguido de um impacto de mesma envergadura na investigação científica em ciências sociais. Em Angola, Cabo Verde e Moçambique têm sido dados passos significativos, que se têm traduzido, por exemplo, no aumento do número de cursos e profissionais nestas áreas, assim como de publicações acadêmicas. No que toca a este último aspeto, destaca-se na Guiné-Bissau uma revista científica denominada *SORONDA – Revista de Estudos Guineenses*. Em Cabo Verde, temos a publicação de, pelo menos, três revistas acadêmicas, como a *ReVISTA – Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, da Universidade de Cabo Verde, e a *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, da Universidade de Santiago, que vieram certamente aumentar as possibilidades que os investigadores cabo-verdianos têm de fazer conhecer os seus trabalhos, mas também podem estimular a investigação social no arquipélago. O mesmo papel

tem sido desempenhado pela revista *Estudos Moçambicanos*, da Universidade Eduardo Mondlane.

Para além de poder apresentar várias revistas científicas na área das ciências sociais, como a *MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto), o que Angola tem feito no domínio das publicações é digno de menção, tendo conseguido instaurar um verdadeiro programa de tradução de obras de clássicos africanos em ciências sociais, como Valentin Mudimbe, Marc Elea, Paulin Hountondji e Achile Mbembe. Destaca-se também o curso de doutoramento instituído na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Agostinho Neto. Estas evoluções, contudo, não se têm traduzido em algo que sequer se poderia considerar o embrião de uma agenda nacional de investigação em ciências sociais e humanas. Em Cabo Verde, a parceria com instituições e académicos brasileiros tem contribuído para colmatar a falta de doutorados necessários a um ensino de qualidade das ciências sociais, o que, aliás, vem na linha da tradição de cooperação com Portugal nesta matéria.

Se, noutros países africanos, o aumento não controlado do número de instituições de Ensino Superior sem quadros devidamente capacitados levanta problemas, eles se tornam ainda mais complexos nos países lusófonos devido à falta de pessoal qualificado e experiente, capaz de conceber e implementar políticas adequadas para o subsetor. Porém, como até recentemente a maior parte dos alunos inscritos em cursos do terceiro ciclo eram obrigados a concluir os seus estudos de pós-graduação em universidades europeias ou americanas², a formação em ciências sociais tem seguido tendências muito diversificadas, ao mesmo tempo em que reflete a política de ensino e das instituições científicas dos países de acolhimento. Como descreve Cláudio Furtado para o caso de Cabo Verde, apenas

a partir dos anos noventa do século passado, mas com maior sistemacidade nos primeiros anos do século XXI, jovens investigadores cabo-verdianos começam a procurar redefinir a agenda de investigação ao mesmo tempo que propunham novos olhares e novos (re) alinhamentos teóricos (Furtado, 2012: 59).

Para o caso da Guiné-Bissau, na ausência, até princípios deste século, de um sistema de Ensino Superior, a criação e o desenvolvimento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) foi o que lançou as bases institucionais para a definição de uma agenda nacional de pesquisa em ciências sociais. No entanto, esse processo foi interrompido devido à crise político-militar de junho de 1998, que afetou profundamente as infraestruturas desta instituição, como também contribuiu para desarticular o núcleo de investigadores nacionais que se encontrava em desenvolvimento.

2 O terceiro ciclo universitário encaminha o estudante a uma maior especialização, sancionado com um diploma de aprofundamento ou uma pesquisa que desemboca em estudos doutorais. Em França, após a reforma LMD, este ciclo engloba os graus de Mestre e Doutor. No Reino Unido, o Diploma de terceiro ciclo corresponde ao doutoramento (PhD).

Esses fatos indicam que a reduzida participação dos pesquisadores africanos lusófonos nas atividades do CODESRIA, nomeadamente naquelas destinadas aos estudantes de pós-graduação, reflete o fraco desenvolvimento do sistema de Ensino Superior em geral e do terceiro ciclo em particular, bem como o das instituições de pesquisa em ciências sociais.

Essa trajetória histórica de discrepâncias e desigualdades confere toda pertinência à Iniciativa Especial para a África Lusófona do CODESRIA. Ter em conta esses fatos na implementação de todas as atividades do Conselho torna-se um imperativo, de modo a corresponder às necessidades desta comunidade. Igualmente, é preciso ter sempre em atenção que a Iniciativa não deve conduzir a um tratamento dos originários desses países que torne contraproducentes as relações entre o Conselho e a comunidade ou entre os investigadores e pesquisadores lusófonos e os investigadores de outras áreas linguísticas. O critério científico e as preocupações de ordem científica devem continuar a primar sobre todos os outros critérios na seleção e/ou participação em programas e ações especiais.

O CODESRIA, A INICIATIVA LUSÓFONA E A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE AFRICANA LUSÓFONA EM PROGRAMAS PAN-AFRICANOS

O CODESRIA, Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África, é uma organização que congrega pesquisadores que trabalham na área das ciências sociais e humanas. Foi criado em 1973 e nasceu do desejo destes investigadores e universitários de desenvolver ferramentas e competências científicas que permitissem promover a coesão social, o bem-estar e o progresso das sociedades africanas. Os principais objetivos consagrados na sua Carta incluem a facilitação da investigação multidisciplinar, a promoção de publicações resultantes desta investigação, a capacitação de pesquisadores africanos em todos os níveis – nomeadamente via um programa de formação –, bem como a criação de vários fóruns de troca de informação e de experiência entre pesquisadores africanos.

O CODESRIA tenta fazer face à fragmentação da investigação e do conhecimento pela criação de redes temáticas de investigação que transcendam as barreiras regionais, disciplinares e linguísticas. Um exemplo desse tipo de rede são os Grupos Multinacionais de Trabalho (GMT), que se tornaram a mais antiga e a mais usada forma que o Conselho encontrou para organizar o apoio à pesquisa no continente. Geralmente constituída por dez a quinze elementos, um GMT mobiliza investigadores de disciplinas e de países diferentes à volta de um tema específico, dentre os vários adotados pela Assembleia Geral como prioritários para a agenda de pesquisa do Conselho. No passado, dentre vários, chegou-se a constituir um GMT sobre Juventude e Identidade em África e outro sobre o Ensino Superior em África.

Um GMT é liderado por um ou mais coordenadores com experiência e conhecimento comprovados na área em que é formado o grupo. Normalmente, o início dos trabalhos é precedido pela produção de um documento denominado “livro verde do CODESRIA”, no qual se faz um estado da arte sobre o tema e se apontam novas pistas de pesquisa. Uma vez constituído, os membros do GMT são convidados a participar num seminário dedicado a questões metodológicas e epistemológicas. O tempo de vida de um GMT é de aproximadamente dois anos, findos os quais cada membro do grupo é chamado a apresentar os resultados da sua pesquisa, depois publicados num volume único com o título da temática escolhida.

O Conselho incentiva ainda os cientistas sociais africanos a se empenharem na promoção de uma compreensão mais holística das experiências históricas e contemporâneas do continente, por meio de intervenções multidisciplinares que priorizem abordagens diferenciadas e adotem uma perspectiva de gênero, valorizando as contribuições das diferentes categorias de investigadores. Além disso, o Conselho tem o mandato de fortalecer a base institucional para a produção do conhecimento em colaboração com outras instituições que promovem a pesquisa em ciências sociais em África, sejam elas nacionais ou internacionais.

A Iniciativa Especial para a África Lusófona do CODESRIA foi criada em 2003 como parte integrante do Plano Estratégico para os anos 2003-2007. O programa partia da visão de construir uma organização pan-africana capaz de integrar todas as comunidades africanas de investigadores em ciências sociais, independentemente de sua origem geográfica, linguística ou disciplinar e preconizava ultrapassar a barreira linguística existente entre os pesquisadores lusófonos de um lado e os francófonos e anglófonos do outro.

O balanço que se pode fazer das atividades desenvolvidas no quadro da Iniciativa, após dez anos de existência, é bastante positivo. O português tornou-se uma das línguas de trabalho do CODESRIA e, desde 2004, a participação de investigadores africanos lusófonos nas atividades do Conselho vem aumentando progressiva e significativamente. A publicação de documentos de trabalhos em português está a se tornar uma prática corrente, resultando na promoção das ciências sociais nos PALOP, ao mesmo tempo em que o número de falantes não africanos do português que passa a se interessar pelas atividades do Conselho tem crescido de modo notório.

O Conselho não cessa de receber pedidos de colaboração de instituições brasileiras, portuguesas e até espanholas para o estabelecimento de programas de cooperação acadêmica. Nesse sentido, já foram assinados memorandos de entendimento com o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE e com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, instituições com as quais algumas atividades já estão sendo desenvolvidas. Com este último, o CODES-

RIA tem em vista a implementação de um projeto de grande envergadura, que envolverá ao menos três instituições de grande dimensão, nomeadamente o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), na América Latina, o CODESRIA, o próprio CES e provavelmente a Associação Internacional de Economistas de Desenvolvimento (IDEAs), da Índia. A criação de uma Universidade do Sul contribuirá certamente para reforçar as bases institucionais de uma cooperação Sul-Sul na área acadêmica, mas, mais do que isso, ela será um passo significativo no forjar e na consolidação de uma perspectiva do Sul Global em várias temáticas tratadas pelas ciências sociais, tais como as experiências da construção democrática nos países do Sul, o neoliberalismo, a exclusão e a desigualdade sociais. Mas, por enquanto, o projecto está em fase de discussão entre os próprios parceiros e entre estes os potenciais financiadores.

Por outro lado, as instituições brasileiras que procuram a colaboração com o CODESRIA não cessam de aumentar. A este propósito, podemos citar as relações que começaram a se tecer com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal de Bahia.

Apesar da Iniciativa Lusófona ser de institucionalização recente, o empenho do CODESRIA por integrar a comunidade de investigadores africanos lusófonos em todos os seus trabalhos é inquestionável e já de longa data. Nesse sentido, muitas atividades foram realizadas. O primeiro grande sinal deste compromisso institucional em relação à comunidade lusófona foi dado em 1986 com a realização de um estudo sobre o estado de evolução da investigação científica social nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que, pela primeira vez, apareceu com um título em português: *Ciências sociais em África – Alguns projectos de investigação*. A publicação incluía trabalhos de investigadores anglófonos, nomeadamente Thandika Mkandawire, então Secretário Executivo do CODESRIA (Gonçalves, 1992). Naquele mesmo ano, em janeiro de 1986, também tivera lugar o simpósio internacional sobre a Construção da Nação em África, organizado conjuntamente com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau e o UNITAR, que foi objeto de uma publicação conjunta das três organizações (INEP/CODESRIA/UNITAR, 1989). A refletir a diversidade da proveniência dos participantes, tomaram parte neste simpósio, a título de exemplo, investigadores e universitários como Samir Amin do Egito, Lars Rudebeck da Suécia, Armando Entralgo de Cuba, Mário Murteira de Portugal, Daniel Pereira de Cabo Verde, entre outros.

Além dos eventos, pesquisadores provenientes destes países continuaram a participar nas atividades do Conselho, em especial na sua Assembleia Geral, que tem lugar regularmente a cada três anos e constitui o maior fórum de cientistas sociais africanos e da diáspora. Alguns pesquisadores provenientes dos PALOP tiveram a oportunidade de ser eleitos para as instâncias mais altas do Conselho,

nomeadamente o Comitê Executivo e o Comitê Científico.

A decisão de lançar uma Iniciativa Especial para a África Lusófona representou, portanto, um salto qualitativo no cumprimento da missão do CODESRIA de integrar a comunidade dos pesquisadores africanos lusófonos na vasta rede de investigadores em ciências sociais do continente. Ao adotar esta abordagem, o Conselho organizou uma série de conferências sobre temas específicos e seminários sobre a metodologia de pesquisa em ciências sociais, bem como passou a publicar periódicos e livros em português. A primeira atividade a assinalar é o Colóquio Internacional sobre a Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana, organizado em colaboração com o Centro de Estudos de População, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, entre 12 e 14 de maio de 2005 (Cruz e Silva, Mendes de Araújo e Cardoso, 2005).

Outro marco importante da implantação do Conselho nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa foi a realização, em 2005, da XI Assembleia Geral do CODESRIA em Maputo, evento que reuniu mais de 300 investigadores e universitários de todos os quadrantes de África e da sua diáspora. Tratou-se da segunda Assembleia Geral realizada pelo Conselho fora da sede em Dacar, após a que tivera lugar em Kampala, Uganda, em 2002, e sendo seguida pela de Yaoundé em 2008 e a de Rabat em 2011. A Assembleia Geral do CODESRIA é o maior fórum de académicos africanos no continente, mas também é aberta a académicos que trabalham sobre a África. A Conferência Científica da Assembleia Geral de 2015 reuniu cerca de 500 intelectuais de todas as disciplinas das ciências sociais, das humanidades e do direito. Ela teve lugar em Dacar, Senegal, de 15 a 17 de dezembro e se debruçou sobre o tema “Criar Futuros Africanos numa Era de Transformações Globais: Desafios e Perspetivas”.

Com a realização destas atividades, verificamos uma tendência que considero positiva, que é a utilização crescente de autores africanos no seu argumentário. Podemos falar de uma apropriação, ainda que tímida, mas certamente significativa e crescente da “biblioteca africana”, se compararmos a situação atual àquela de uma ou duas décadas atrás. Esta abertura à contribuição dos africanos reflete-se igualmente em alguns objetos e países de estudo escolhidos por investigadores da África Lusófona. A impressão com que ficamos é que o conceito de África presente nos estudos realizados nesses países deixou de ser, ou melhor, está a deixar de ser a África de Língua Oficial Portuguesa para passar a ser África *tout court*.

Não obstante esses desenvolvimentos, é preciso assinalar que a participação da comunidade lusófona nos programas do CODESRIA continua a ser de pouca expressão. Ela tem-se resumido a grupos nacionais de trabalho, o que não deixa de ser uma evolução importante, que dificilmente permite levar o debate

que se realiza a nível nacional a um espectro mais amplo. Os temas abordados confirmam esta constatação. Observando, por exemplo, os títulos dos trabalhos apresentados no âmbito destes diferentes grupos desde 2003, constatamos que as temáticas trazem uma evidente marcação nacional, como em *Crenças e Práticas de Cura entre os Handa no Sul de Angola*; *Amor e Desejo: Conceitos, Narrativas e Práticas de Sexo entre os Jovens na Cidade de Maputo*; ou *Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde*.

A participação de acadêmicos destes países em Grupos Multinacionais de Trabalho ou Redes de Pesquisa Comparativa é bastante tímida, para não dizer inexistente. As primeiras participações de lusófonos nas Redes deram-se por um grupo de investigadores cabo-verdianos há apenas dois anos, abordando temas como *Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Um estudo Comparado* e *Direitos Humanos*, bem como *Cidadania dos Imigrantes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*.

A participação em Assembleias Gerais também registou progressos encorajadores, mas continua a ser retraída, quase envergonhada. Como constataram os autores de uma nota ao XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, o processo de maturação do campo da pesquisa em ciências sociais e humanas em português encontra-se ainda longe de se constituir como espaço de referência e de reconhecimento no quadro global.

Aliás, apesar das melhorias substanciais verificadas em quase todos os PALOP em matéria da sua inserção no mundo, as ciências e humanas nestes países continuam bastante fechadas sobre si mesmas, constituindo uma espécie de *gueto lusófono* – mesmo quando as atividades a elas conexas extravasam as fronteiras nacionais, como no diálogo com a produção intelectual e acadêmica que se verifica entre Portugal e Brasil. Provavelmente, a intensificação e o aprofundamento da cooperação acadêmica entre os países africanos de um lado e Brasil e Portugal do outro possam vir a consolidar um espaço lusófono, cujos académicos sejam capazes de dialogar com investigadores doutros espaços linguísticos, partilhando a discussão sobre temáticas relevantes para espaços lusófonos com anglófonos e francófonos. A experiência dos Congresso Luso-Afro-Brasileiros de Ciências Sociais e a constituição de uma Associação de Língua Portuguesa talvez mostrem-se um primeiro passo nesse sentido, embora não deixem de levantar apreensões quanto à viabilidade do seu formato e à sua sustentabilidade a longo prazo.

As capacidades de investigação em ciências sociais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa continuam a estar aquém do requerido para “negociar” a sua modernidade e, sobretudo, estar à altura dos desafios que se colocam às ciências sociais em escala mundial³. Interessa, pois, continuar a promover o crescimento, a qualificação e o desempenho das instituições e dos investigadores, o que deve passar pela sua integração em estruturas e redes transnacionais, de modo a

3 Sobre o conceito de modernidade aqui empregue, ver Macamo (2005).

explorar complementaridades de competências nas diferentes áreas e disciplinas das ciências sociais ou acerca de temáticas específicas. Uma abertura em direção ao que se faz no continente poderia trazer ganhos significativos à nossa capacidade de surpreender as dinâmicas que têm lugar em outros países hoje. O reforço da nossa capacidade de comparar para melhor compreender a África de hoje passa pelo que decidi chamar desenclavamento das ciências sociais e humanas que se exprimem em português. Fazer face a este desenclavamento é fazer face aos desafios que se colocam às ciências sociais de uma forma geral.

OS DESAFIOS DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NOS PALOP

O mínimo que se pode dizer é que os desafios que se apresentam são inúmeros e de grande dimensão. O que podemos fazer neste artigo é apenas aflorar alguns deles, deixando à mercê do debate que se vai seguir completar, confirmar ou infirmar os nossos pontos de vista.

Alguns dos maiores desafios que se colocam à investigação em ciências sociais nos PALOP referem-se ao desenvolvimento do seu sistema universitário: um sistema em plena expansão, tanto do ponto de vista do número de instituições, como do número de estudantes, e que pode tornar-se vulnerável se não forem adotadas políticas e medidas adequadas. O *status quo* requer investimentos sérios (financeiros, de recursos humanos e organizacionais) que os Estados não estão em condições de fornecer. Daí a tendência de se multiplicarem as instituições de caráter privado, cuja base de financiamento é constituída fundamentalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes e por donativos de organismos estrangeiros.

Num tal contexto de penúria de financiamentos, a tendência é de se canalizar os investimentos iniciais para atividades de formação, negligenciando assim a dimensão da pesquisa. Ainda mais grave, as ciências sociais são frequentemente os “parentes pobres” do conjunto das investigações desenvolvidas em centros universitários, tanto em termos de financiamento como da própria atenção que lhes é dedicada. As universidades privadas correm o risco de se tornarem locais de comércio, em vez de sítios de produção e difusão do saber. O conhecimento corre o risco de se tornar uma mercadoria que se pode comprar e vender de acordo com as leis do mercado.

Essa mercantilização de conhecimentos e de competências no âmbito das instituições de Ensino Superior está igualmente relacionada com uma cultura de consultoria, que põe em perigo a investigação fundamental e mina os alicerces de uma reflexão autônoma e endógena na maioria das instituições. O rigor científico não é aplicado na sua plenitude. Esta mesma cultura está em vias de desviar a atenção dos poucos pesquisadores bem qualificados por causa dos altos salários

praticados. Inverter esta tendência torna-se um grande desafio, tanto para o Estado, que deve ser o principal regulador de todo o sistema de ensino, como para o sistema de Ensino Superior em si. Frente a esse cenário, o futuro da pesquisa em ciências sociais está inexoravelmente ligado ao restabelecimento da boa saúde e da prosperidade do sistema de Ensino Superior, nomeadamente o público.

Outra questão central diz respeito a disparidades de gênero. O número de mulheres acadêmicas e investigadoras que trabalham no Ensino Superior dos PALOP continua a ser limitado. Apesar da evolução positiva que se registou nos últimos anos, os desafios continuam a ser de monta. Por isso, a integração da dimensão gênero nas atividades de pesquisa levadas a cabo nestes países também continua a ser um dos desafios a vencer.

Num plano mais global, partindo agora das nossas experiências no CODESRIA, importa ressaltar o desafio que se coloca quanto à qualidade daquilo que se produz. Essa qualidade tem que ver com o estabelecimento ou não de uma agenda que corresponda aos interesses dos africanos, o que alguns decidiram apelidar de *africanização* da agenda intelectual.

Quanto a nós, este processo de africanização implica a resolução de muitas contradições e tensões, como a tensão entre o conhecimento “indígena” e conhecimento “moderno”; a tensão entre as diferentes tradições intelectuais prevalentes no continente; a tensão entre os adeptos do empirismo e os que advogam a necessidade da construção de teorias; a tensão entre os seguidores da “biblioteca colonial” e os apologistas da “biblioteca africana ou islâmica”; a tensão entre os defensores de uma teoria local e os defensores de grandes teorias ou de uma teoria geral, etc. No fundo, trata-se da questão da fragmentação das ciências sociais que se praticam no continente, e não só.

Se ainda houvesse dúvidas a esse respeito, o *Relatório Mundial sobre as Ciências Sociais* (Unesco/ISSC, 2010), publicado pela Unesco e o Conselho Internacional das Ciências Sociais, foi dedicado precisamente ao tema da compartimentação e do desequilíbrio na produção do conhecimento (em inglês, *knowledge divide*). O relatório traça-nos um quadro sombrio do que se passa no continente. O mesmo constata que a África Subsaariana tem registado um atraso considerável em termos de produção científica: a região era responsável por 0,7% da produção mundial em 1996, contra 1% em 1987. O que torna a situação mais dramática é que ela não mostra sinais de recuperação. A contribuição da África Subsaariana na produção científica caiu quase um terço (31%) desde o seu pico em 1987. Este quadro varia de país para país e de região para região. Enquanto na África do Norte (Egito, Tunísia, Marrocos) registam-se progressos assinaláveis, na África ao Sul do Sara o quadro é crítico para dizer o menos. Em termos de países, as diferenças são talvez mais gritantes. Segundo as nossas fontes, 75% das publicações acadêmicas provenientes da África Subsaariana listadas no banco de dados

Web of Science vêm de cientistas sociais da África do Sul, Nigéria e Quênia, e de algumas universidades apenas (Unesco/ISSC, 2010).

É esta questão que CODESRIA tem vindo a abordar desde a sua criação. Como afirmam nos primeiros documentos, os membros fundadores do CODESRIA foram impulsionados pela determinação em combater a dispersão e a fragmentação da produção de conhecimento no e sobre o continente. Hoje em dia, neste mundo globalizado, a fragmentação e divisão ainda fazem parte do marco das ciências sociais no mundo. O Relatório da Unesco/ISSC ainda afirma que a divisão mais marcante é precisamente a que existe entre países e regiões. A este respeito, e à semelhança do que está acontecendo na ordem econômica, a ordem de conhecimento atual é caracterizada por uma série de desigualdades e desequilíbrios que impactam a capacidade do Sul competir com o Norte. Importante parece-me ser o fato de o Relatório ressaltar que este tipo de divisão está a minar a força, a qualidade e a eficiência das ciências sociais em geral. Em outras palavras, a maneira como a globalização está moldada não está a contribuir para o desenvolvimento das ciências sociais no Sul e mais especificamente em África.

Na África Subsaariana e no Sul da Ásia assistimos ao que os autores do *Relatório Global sobre as Ciências Sociais* chamam de “desinstitucionalização” da investigação. Ou seja, temos uma situação em que a paisagem é caracterizada, por um lado, pelo aumento da investigação aplicada de curto prazo realizada crescentemente fora das universidades por empresas de consultoria e organizações não-governamentais, a pedido dos doadores internacionais ou fundações privadas, e, por outro lado, pelo fortalecimento das redes de pesquisa regionais e internacionais (Unesco/ISSC, 2010).

Não restam dúvidas que os progressos registrados em todo o mundo em termos de tecnologias de informação estão a moldar o ambiente e as práticas das ciências sociais, bem como as condições de produção de conhecimentos. Essas tecnologias permitem que jovens investigadores sejam sensíveis e melhor conectados com o progresso da ciência social no mundo e na abordagem destas sobre a diversidade e sobre os dilemas atuais das ciências sociais. Estas já não são informações disponíveis apenas para elites privilegiadas. À jovem geração de investigadores é dada a oportunidade de viajar para a pesquisa e intercâmbio. Portanto, o quadro é algo ambivalente, contendo elementos retrógrados, mas também potencialidades, o que abre espaços que podem ser exploradas para subverter a atual situação. Por esta razão, o pior que se pode fazer é baixar os braços.

Enquanto este panorama prevalece, a África em geral e os países lusófonos em particular, mas provavelmente outros também, enfrentam um outro desafio: a teorização. Escusado será dizer que esta questão é de suma importância no debate sobre as epistemologias ou, para ser mais concreto, sobre a ruptura de paradigmas sobre os quais muitos de nós reclamamos. É certo que hoje, parece-

-me, a maioria das pesquisas e trabalhos realizados nos nossos programas não tem conduzido à formulação de perspectivas teóricas ou de teorias dignas desse nome nos seus campos de estudo.

Alguns investigadores, referindo-se à produção de trabalhos científicos em Cabo Verde nos últimos 20 anos queixam-se da reduzida base empírica como sendo o grande limite desses estudos, mostrando o viés que lhes é intrínseco. No dizer de Cláudio Furtado, por exemplo, “são essencialmente estudos que partem da ‘superestrutura’” (Furtado, 2012: 166). Esta constatação revela a complexidade da situação com que estamos a lidar.

Na nossa opinião, na sua maior parte, estes estudos permanecem muito monográficos ou etnográficos. Outros são repletos de dados empíricos e muitas vezes de números, sem uma relação inteligível entre uns e outros ou sem uma leitura adequada que correlacione estes dados – muito menos um quadro teórico que fundamente a análise. Há que levar a cabo um trabalho no sentido de fazer perceber à nova geração que a ciência não se resume à manipulação de dados. Sem a dimensão teórica, isto é, aquela que alimenta a universalidade e que nos permite olhar para as relações entre os fatos, em busca de leis, não há conhecimento científico. Facilitar a discussão de teorias alternativas disponíveis, o redesenho do conhecimento universalmente disponível e a formulação de novas abordagens, eis os desafios perante os quais nos encontramos quando abraçamos o *métier* das ciências sociais. Obviamente, os trabalhos etnográficos e a análise de microprocessos e de dinâmicas mais localizadas são importantes, mas uma leitura da África hoje, tal como propõem os organizadores desta coletânea de artigos, requer uma compreensão de como é que a África se insere no mundo de hoje e como ela imagina o seu futuro, constrói e negocia a sua modernidade.

Como alguém disse, e com razão, vivemos em tempos de transição de um regime de territorialização, que tinha no seu centro o Estado-nação, para um novo regime, que se caracteriza por uma maior flexibilidade na combinação de diferentes estruturas espaciais de interação social. Nesse novo regime, experimentamos, por um lado, novas dialéticas entre cadeias de valor, sistemas de migração e de fluxo de ideias e, por outro, novas formas de transição, de regulação e de controle.

Neste emaranhado de interconexões, o presente mal se distingue do futuro, isto é, não existem linhas de demarcação claramente estabelecidas entre um e outro. Não é só do Presente, do Hoje, que devemos tratar. Perante um mundo em rápida mutação, os cientistas sociais africanos têm que pensar seriamente ao mesmo tempo o seu Presente e o seu Futuro. Este tipo de constelação exige uma abordagem simultaneamente holística e teórica (Cilliers et al, 2011). Trata-se de construir uma teoria que seja parte de um programa *dialógico*, para utilizar uma expressão de Oliver Kozlarek, parte de uma rede de comunicação global, inter-

cultural e transdisciplinar, que conecte tanto intelectuais e acadêmicos críticos em diferentes partes do mundo, como os atores políticos e movimentos sociais que mantêm um compromisso com a crítica e a transformação da modernidade global (Kozlarek, 2007). Quer-me parecer que é neste tipo de programas que se inscrevem teóricos como Boaventura de Sousa Santos, quando afirma que antes de mais nada é preciso que sejamos conscientes da vasta quantidade de experiências, lutas e possibilidades, tanto teóricas como prático-políticas, que provocam críticas e resistência à nossa modernidade global (Santos, 2000).

Estou consciente de que não levanto um problema novo, ou que se circunscreve à África. Trata-se, no entanto, de um debate que continua atual, bastante atual. Na América Latina, os problemas que tenho vindo a discutir foram levantados por pessoas como Oliver Kozlarek, José Manuel Romero Cuevas e Carlos Bustamante, que, numa interessante coletânea (Kozlarek, 2007), propõem-se a problematizar a situação em que se encontra a Teoria Crítica, apontando, por exemplo, o fato de esta ter negligenciado a dimensão “lugar” – ter sido, também ela, eurocêntrica. Os autores propõem uma *crítica multitópica* da modernidade global, sugerindo pensar uma Teoria Crítica a partir de outros lugares do mundo⁴. Em África, esta problemática remete-nos a um debate alimentado há tempo pelo filósofo africano Paulin Hountondji (2008) que abordava a extravessão das nossas ciências sociais e afirmava que os cientistas sociais africanos tinham de perceber que eles tendem a fazer um tipo de pesquisa massivamente extrovertida, ou seja, orientada por interesses externos, com intenção de, em primeira linha, satisfazer as necessidades das sociedades do Norte. Nesse sentido, essa produção seria vítima de uma redução de sua contribuição ao mero fornecimento de matéria-prima para a produção de teorias no Norte, teorias estas que eram depois re-exportadas para a periferia sob forma de conhecimentos ou verdades universais.

Recentemente, em palestra sobre a situação na Universidade de Makerere, mais concretamente da formação em pós-graduação, Mahmood Mamdani apontava que a questão central perante a qual se encontra o Ensino Superior em África hoje em dia consiste em saber o que significa ensinar ciências sociais e humanas no presente contexto histórico e, em particular, no contexto africano pós-colonial. O que significa ensinar ciências sociais e humanas num lugar onde os paradigmas intelectuais dominantes não são produzidos a partir da própria experiência africana, mas de uma experiência ocidental particular, onde os paradigmas dominantes partem de uma história ocidental específica e estão preocupados em larga medida em expor as virtudes da época das luzes ou a exibir críticas em relação a esta época. A premissa segundo a qual só existe um modelo derivado da experiência dominante do Ocidente reduz a pesquisa a algo que serve para demonstrar que as sociedades no mundo ou se conformam com este modelo ou se desviam dele, afirmava Mamdani (2011). A tendência é

⁴ Para mais detalhes sobre a discussão dos limites da Teoria Crítica, ver Kozlarek (2007).

des-historizar e descontextualizar experiências discordantes, sejam elas ocidentais ou não ocidentais. O efeito é desvalorizar a pesquisa original ou a produção intelectual em África.

Para mostrar quão atual e carregado de controvérsia é este debate, gostaria de citar outro intelectual africano. Num seminário organizado pelo CRDI em Dacar, sobre o tema “que sinergia há entre o investigador e as organizações da sociedade civil?”, o economista Kako Nubukpo sugeria que, para romper com a extravasão intelectual, os investigadores africanos deviam “contrapor o terreno à teoria”. A pergunta que se pode fazer em relação a este ponto é: de que lado da linha devemos, então, colocar-nos? Continuar a aperfeiçoar as técnicas de coleta de dados, esmerar-nos no sentido de fazer boas monografias e nos limitar ao labor etnográfico? Ou, antes, aventurar-nos na elaboração e exploração teóricas, na leitura desses dados a partir de uma exigência que coloque a elaboração de teoria como uma questão central?

Convenhamos que sem teoria não há conhecimento verdadeiramente científico. E, contrariamente ao que pareceu sugerir Nubukpo, o trabalho teórico é um estágio incontornável no processo de busca de conhecimento.

VISÃO E OBJETIVOS DA INICIATIVA ESPECIAL PARA A ÁFRICA LUSÓFONA

Partindo dos pontos fracos existentes na investigação em ciências sociais nos PALOP e motivados, entre outros aspetos, pelo fraco desenvolvimento do sistema de Ensino Superior em geral, e do terceiro ciclo em particular, a Iniciativa Especial para a África Lusófona do CODESRIA pretende criar um quadro que oriente as ações do Conselho num futuro de médio prazo.

O programa apresenta os seguintes objetivos:

- 1) Contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento das ciências sociais nos PALOP e fazer avançar tanto quanto possível a investigação em todas as disciplinas;
- 2) Auxiliar na consolidação do sistema de Ensino Superior em geral, e do terceiro ciclo em particular, e do sistema de investigação nos PALOP;
- 3) Integrar os cientistas sociais e académicos dos PALOP na grande comunidade de investigadores africanos, criando condições para que não se sintam marginalizados;
- 4) Aumentar a contribuição da comunidade africana de língua portuguesa nas atividades e na consecução dos objetivos do Conselho;
- 5) Criar uma plataforma que permita intensificar o intercâmbio entre a comunidade lusófona e os investigadores africanos de outras regiões do continente, através de sua integração sistemática nos programas do Conselho.

As atividades que seguem a ser desenvolvidas nos próximos anos devem formar um conjunto capaz de dar atenção especial à comunidade de cientistas sociais lusófonos, tendo em conta as limitações impostas pelo fraco desenvolvimento do seu sistema de Ensino Superior e de investigação. Ao mesmo tempo, a proposta leva em conta a necessidade de integrar a comunidade lusófona no amplo escopo de atividades da comunidade de investigadores africanos na área das ciências sociais.

Tendo em consideração estes dois aspetos, o CODESRIA conta desenvolver as seguintes atividades:

- 1) Garantir que os investigadores provenientes dos PALOP participem de forma crescente nos Grupos Nacionais de Trabalho (GNT), nas Redes de Pesquisa Comparativa (RPC) e nos Grupos Multinacionais de Trabalho (GMT). Sendo multidisciplinar na sua composição e na definição dos seus objetivos, os GMT, por exemplo, foram desenhados para ultrapassar as barreiras linguísticas e de gênero. Neste sentido, constituem o lugar privilegiado de encontro e troca de perspetivas e de abordagens diferenciadas;
- 2) Dar uma atenção especial aos estudantes de terceiro ciclo das universidades dos PALOP na atribuição de bolsas de investigação de alto nível e nas pequenas bolsas para a elaboração de teses de graduação;
- 3) Estudar em colaboração com algumas universidades africanas a possibilidade de conceder apoio financeiro aos estudantes provenientes dos PALOP;
- 4) Proceder a uma ampla campanha de informação e estabelecer um mecanismo de sensibilização e de incentivo à participação de investigadores dos PALOP nos institutos organizados pelo Conselho;
- 5) Desenvolver programas e temas específicos capazes de cobrir as necessidades dos pesquisadores nesses países;
- 6) Desenvolver um programa de aquisição e disponibilização de livros em língua portuguesa e/ou escritos por pesquisadores dos PALOP;
- 7) Instituir um programa de intercâmbio entre investigadores africanos, em que os pesquisadores dos países de língua portuguesa se beneficiariam de apoios (financeiro e outros) para a realização de pesquisas em instituições não lusófonas e vice-versa, segundo termos de referência previamente acordados com o CODESRIA, que também forneceria os seus serviços para a publicação dos resultados de pesquisa obtidos a partir deste intercâmbio;
- 8) No seio do secretariado, colocar à disposição os recursos humanos e financeiros necessários para a criação e gestão da versão portuguesa do website do CODESRIA;
- 9) Colocar à disposição os recursos humanos e financeiros necessários para a publicação da edição em português da Revista Africana de Livros;

- 10) Colocar ênfase na coleta de informações sobre os pesquisadores e instituições dos países africanos lusófonos para enriquecer as bases de dados do CODESRIA e dispor assim de um instrumento de comunicação e de divulgação das atividades do Conselho;
- 11) Organizar anualmente pelo menos uma atividade do CODESRIA em cada um dos países de língua oficial portuguesa.

CONCLUSÃO

A Iniciativa Especial para a África Lusófona do CODESRIA constitui uma experiência acadêmica interessante a vários títulos. Tendo nascido a partir de uma análise apurada, por parte do CODESRIA, das condições de produção de conhecimento em África e da constatação de que a fragmentação constituía uma realidade e uma ameaça à acumulação, produção e divulgação do saber no continente, ela veio a se configurar como um programa direcionado a um subgrupo de investigadores e acadêmicos africanos cuja língua oficial é o português. Entre outros traços desta fragmentação, e fruto das divisões impostas pelas políticas coloniais, podia-se citar o desfazamento existente entre os conhecimentos produzidos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e aqueles produzidos na África francófona e anglófona. Com efeito, a África herdou da colonização uma situação em que os conhecimentos produzidos nos países anglófonos eram pouco conhecidos nos países francófonos e vice-versa. Este problema revelou-se com maior acuidade nos países de expressão portuguesa, onde a circulação do conhecimento e da produção científica anglófona e francófona não só era limitada, como os contatos entre os investigadores e cientistas sociais lusófonos com os oriundos de outras comunidades linguísticas eram quase inexistentes, salvo raras exceções.

A implementação de um tal programa não só permitiu aprofundar o conhecimento sobre os limites da produção intelectual na África de língua portuguesa, como proporcionou à esta comunidade científica uma oportunidade para interagir com as demais comunidades do continente e, por esta via, dar início a um processo de desenclavamento das ciências sociais nesses países.

Carlos Cardoso é Diretor-Fundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, tendo adquirido o seu doutoramento em Filosofia na Universidade Friedrich-Schiller, Alemanha. Foi Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), professor de Sociologia Política na Universidade Lusófona de Lisboa e, até recentemente, Diretor do Departamento de Pesquisa do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKBAR, Na'Im

1984 "Africentric Social Sciences for Human Liberation".
Journal of Black Studies, vol. 14, n. 4: 395-414.

AKE, Claude

s/d *Sciences sociales et développement*, Publication
occasionnelle. Dacar, CODESRIA.

1986 "Editorial: raison d'être". *African journal of Political Economy*, 1 (1): I-IV.

BACHELARD, Gaston

2006 *A epistemologia*. Lisboa, Edições 70.

BARBEROUSSE, Anouk; KISTLER, Max; e LUDWIG, Pascal

2000 *La Philosophie des sciences au XXe siècle*. Paris, Flammarion.

BATES, Robert H.; MUDIMBE, Valentin; e O'BARR, Jean F.

1993 *Africa and the Disciplines*. Chicago, University of Chicago Press.

BISANSWA, Justin Kalulu

2000 "V. Y. Mudimbe: Réflexion sur les sciences humaines et sociales en
Afrique". *Cahiers d'Études Africaines*, vol. 40, cahier 160: 705-722.

CASANOVA, Pablo G.

2007 *La universidad necesaria en el siglo XXI*, Colección
problemas de México. México, Ediciones Era.

CILLIERS, Jakkie; HUGHES, Barry; e MOYER, Jonathan

2011 *African Futures 2025. The next forty years*

COPANS, Jean

2000 "Les Sciences sociales africaines ont-elles une âme de Philosophie.
Ou du fosterage de la Philosophie". *Politique africaine*, n. 77: 54-71.

CRUZ E SILVA, Teresa; MENDES DE ARAÚJO, Manuel; e CARDOSO, C.

2005 "Introdução". In _____ (orgs.). *Lusofonia em África: história,
democracia e integração africana*. Dacar, CODESRIA. pp. ix-xii.

DIAGNE, Mamousse

- 1992 “Contribution à une critique du principe des paradigmes dominants”.
In KI-ZERBO, Joseph (org.). *La Natte des autres. Pour un développement
endogène en Afrique*. Dacar/Paris, CODESRIA, Karthala.

FURTADO, Cláudio

- 2012 “A investigação em ciências sociais *par le bas*; por uma construção
autônoma, endógena e horizontal do conhecimento”. In CRUZ E
SILVA, Teresa; COELHO, João Borges; e SOUTO, Amélia (org.). *Como
fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas,
metodológicas, teóricas e políticas*. Dacar, CODESRIA.

GONÇALVES, José

- 1992 “As ciências sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,
Moçambique e São Tomé e Príncipe”. In CODESRIA. *Ciências sociais
em África – alguns projectos de investigação*. Dacar, CODESRIA.

HEGRAOUI, Khalid

- 2005 “Ideologie, religion et ethnocentrisme au Maghreb”.
In BA, Thierno (org.). *Intellectuels, nationalisme et idéal
panafricain. Perspective historique*. Dacar, CODESRIA.

HOUNTONDJI, Paulin J.

- 2008 “Knowledge of Africa, Knowledge by Africans: Two Perspectives
on African Studies”. *RCCs Annual Review* (online), 1.

HUGON, Philippe

- 2006 *Géopolitique de l'Afrique*. Paris, Éditions Armand Colin.

INEP/CODESRIA/UNITAR

- 1989 *A construção da nação em África. Os exemplos de Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Bissau, INEP.

KANE, Ousmane

- 2003 *Intellectuels non europhones*, Document de travail n. 1. Dacar, CODESRIA.

KOZLAREK, Oliver (org.)

- 2007 *De la Teoría Crítica a una crítica plural de la modernidad*.
Buenos Aires, Editorial Biblos.

MACAMO, Elísio

2005 *Negotiating Modernity. Africa's Ambivalent Experience*. Dacar, CODESRIA.

MAMDANI, Mahmood

2007 *Scholars in the Marketplace. The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989-2005*. Dacar, CODESRIA.

2011 "The Importance of Research in a University" (palestra).
Research and Innovations Dissemination Conference,
Kampala, Makerere University, 11 de abril.

MATSHEDISHO, Knowledge R.

2005 "Réinterpréter et reconstruire l'Afrique: Le Défi de la
recherche en sciences sociales". In CODESRIA. *Sciences
sociales et l'avenir de l'Afrique*. Dacar, CODESRIA.

MAZRUI, Ali A.

1992 "Towards Diagnosing and Treating Cultural Dependency: The Case of
the African University". *Inte. J. Educational Development*, vol. 12, n. 2.

MKANDAWIRE, Thandika

1997 "The Social Sciences in Africa: Breaking Local Barriers and Negotiating
International Presence". *African Studies Review*, vol. 40, n. 2: 15-36.

MOHAMMEDBHAI, Goolam T.

1996 *Le Rôle naissant des universités africaines dans le développement des sciences
et de la technologie*. Maurice, Association des Universités Africaines.

N'DRI, Assié-Lumumba

2006 *Higher Education in Africa. Crises, Reforms and
Transformation*. Dacar, CODESRIA.

OROWOSEGBE, Jeremiah

2008 "The Social Sciences and Knowledge Production in Africa: The
Contribution of Claude Ake". *Afrika Spectrum*, 43 (3): 333-351.

PREWITT, Kenneth

1984 "Social Science and the Third World: Constraints on the United States".
In TRENT, John e LAMY, Paul (orgs.). *Global Crisis and the Social Sciences:
North American Perspectives*. Ottawa, University of Ottawa Press/Unesco.

SANTOS, Boaventura de Sousa

2000 *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, vol. 1. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Paula

2009 *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, CES.

STIGLITZ, Joseph

2002 *Globalização. A grande desilusão*. Lisboa, Terramar.

SZANTON, David L. e MANYIKA, Sarah

2002 *PhD Programs in African Universities: Current Status and Future Prospects. A Report to the Rockefeller Foundation*. Berkeley, University of California Press.

UNESCO/ISSC

2010 *Rapport mondial sur les sciences sociales. Divisions dans les savoirs*. Paris, Unesco.

ZELEZA, Paul T.

2004 "The African Academic Diaspora in the United States and Africa: The challenges of Productive Engagement". *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, vol. 24, n. 1: 261-275.

Developing Social Sciences in Lusophone Africa: The CODESRIA Special Initiative

ABSTRACT

This article analyzes the Special Initiative of CODESRIA for Lusophone Africa, inserting it within the framework of the Council's efforts to combat the fragmentation of the scientific production on the continent and the danger of the isolation of certain scientific communities. Taking a historical perspective, he begins by analyzing the historical past of the social sciences in these countries, but also discusses the epistemic context in which they evolve, including the crisis in which the scarce institutions of research have been plunging themselves in the last decades, the insipience of the institutions of Higher Education and the weak participation of the State in the financing of these institutions. In this context, the challenges facing the social sciences in this field are analyzed in this African space, as well as some initiatives that have been developed countries in the field of social studies. Finally, we analyze the links between the activities of CODESRIA, the Lusophone Initiative and the integration of the Portuguese-speaking African scholars in the programs of this Council.

KEYWORDS

Lusophone
Special Initiative,
Lusophone Africa,
Fragmentation of
Scientific Production,
Isolation of Scientific
Communities,
Epistemic
Context of Social
Sciences, PALOP.

Recebido em 8 de maio de 2017. Aceito em 6 de novembro de 2017.